

PARECER

Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira de Zêzere

ELABORAÇÃO

RP-LST – Leiria e Santarém

2018-09-25



ÍNDICE

| | Pág. |
|---|------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. ENQUADRAMENTO | 3 |
| 3. PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN) E REDE RODOVIÁRIA SOB JURISDIÇÃO DA IP | 4 |
| 4. ANÁLISE DOS ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS | 6 |
| 5. SALVAGUARDA DA REDE VIÁRIA | 9 |
| 6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (RELATÓRIO AMBIENTAL) | 9 |
| 7. AMBIENTE SONORO | 10 |
| 8. CONCLUSÃO | 11 |



1. INTRODUÇÃO

No âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ferreira de Zêzere, foi solicitado à Infraestruturas de Portugal, SA (IP) análise dos elementos disponibilizados nesta fase para emissão de parecer.

Como ponto prévio, refere-se que todas as referências legais, regulamentares e contratuais, feitas à REFER, E.P.E. e ou à EP, S.A., consideram-se feitas à Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP).

2. ENQUADRAMENTO

Considerando as infraestruturas rodoferroviárias sob responsabilidade da IP, esclarece-se, como ponto prévio desta análise, que a área de estudo indicada apenas é servido por rede rodoviária. Neste contexto, as referências à **Rede Rodoviária Nacional (RRN)** deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, no âmbito do qual a RRN é constituída pela Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais-IP) e pela Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-EN).

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as **“Estradas Regionais (ER)”**, as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei.

Para além das estradas acima referidas, há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, **“estradas desclassificadas”**, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal.

Esta distinção, entre as estradas que se encontram desclassificadas pelo PRN mas que se mantêm sob jurisdição da IP, SA e as desclassificadas que já se encontram entregues ao respetivo município, deve ser explícita nos elementos constantes da revisão do PDM.

3. PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN) E REDE RODOVIÁRIA SOB JURISDIÇÃO DA IP

Rede Viária na área de incidência do Plano

De acordo com o PRN 2000, a **Rede Rodoviária existente e prevista no concelho de Ferreira do Zêzere** é constituída por Estradas da Rede Rodoviária Nacional (IC3/A13 e EN238), Estradas Regionais (ER238 e ER348) e por Estradas Nacionais Desclassificadas ainda sob jurisdição da IP (EN110), conforme figura 1, nomeadamente:

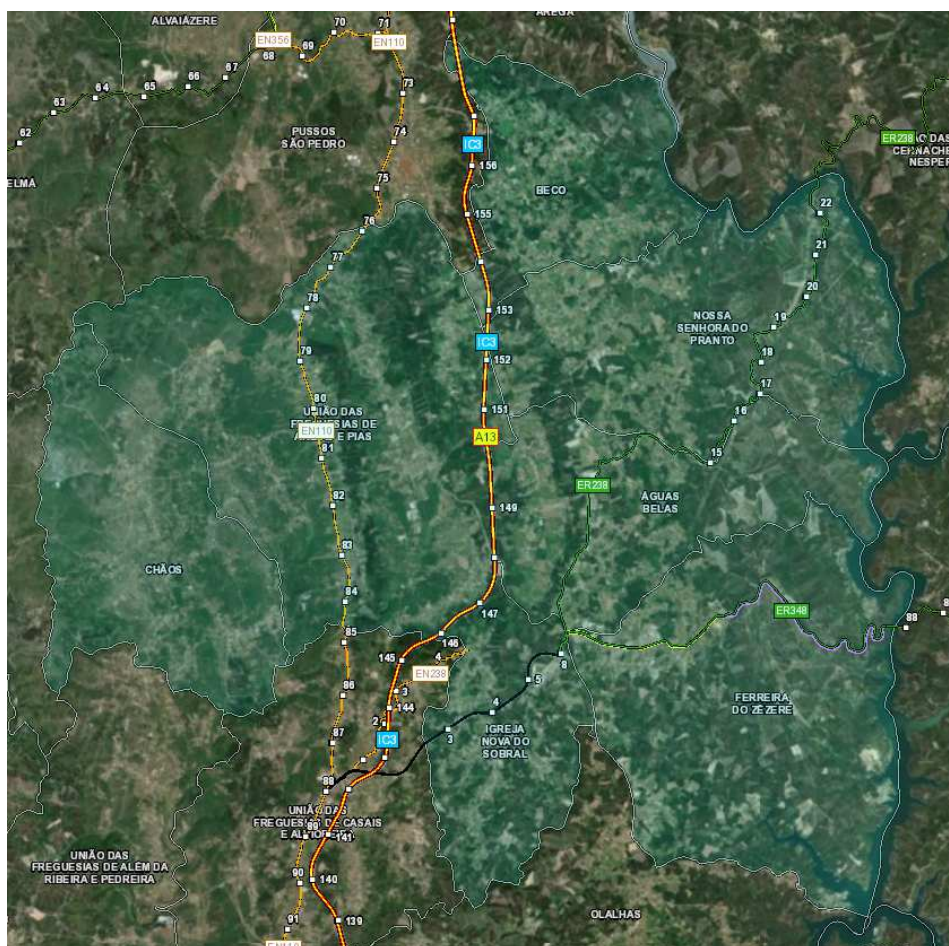


Figura 1 - Rede Rodoviária no concelho de Ferreira do Zêzere

❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN)

Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-

**EN)**

- **IC3/A13**, entre os Limites de Concelho, via longitudinal (incluindo ligações da A13 a EN348), **integrada na Subconcessão Pinhal Interior**;
- **EN238**, entre o Limite de Concelho de Tomar e Ferreira do Zêzere (entroncamento da ER348), **sob a jurisdição da IP**;

❖ Estradas Regionais

- **ER238**, entre Ferreira do Zêzere e o Limite de Concelho da Sertã (Distrito de Castelo Branco), **sob a responsabilidade da IP**;
- **ER348**, entre Ferreira do Zêzere e o Limite de Concelho de Vila de Rei (Distrito de Castelo Branco), sendo que o troço entre o km 75,250 e o km 78,827 (entregue ao abrigo do artigo 4º em 1993) está **sob gestão do Município de Ferreira do Zêzere** e o troço construído pela Autarquia entre o cruzamento da ER348 (entregue) com a antiga EN348 (entregue) até ao Limite de Concelho de Vila de Rei (km 88,000), encontra-se **sob jurisdição da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere**.

❖ Estradas Nacionais Desclassificadas sob a jurisdição da IP

- **EN110**, entre o Limite de Concelho de Alvaiázere (Distrito de Leiria) (km 75,900) e o Limite de Concelho de Tomar (km 84,500).

As zonas de servidão *non aedificandi* e de visibilidade, aplicáveis nos lanços de estradas atrás referidos, estão definidas nos artigos 32.º e 33.º, respetivamente, da Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, Para além destas servidões legais, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 42º do EERRN, as obras e atividades que decorram na *zona de respeito* à estrada, nos termos em que se encontra definida na alínea vv) do artigo 3º, estando sujeitas a parecer prévio vinculativo da administração rodoviária, nas condições do citado artigo.

As restantes vias no concelho, não classificadas pelo PRN, e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.

Considera-se que a hierarquia atrás descrita deverá estar refletida nos documentos da Revisão do PDM, nomeadamente, nas Plantas de Ordenamento, de Condicionantes, da Hierarquia da Rede Viária, da Situação Existente, bem como na parte escrita que lhe fizer referência.



4. ANÁLISE DOS ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS

Regulamento

Considera-se adequado que se proceda corretamente, no **Regulamento**, à identificação e hierarquização da rede rodoviária, devendo ser identificada e respeitada a designação das estradas constante do Plano Rodoviário Nacional (PRN) e das Estradas Nacionais Desclassificadas, bem como a sua jurisdição (integração na Concessão IP,SA).

Da análise do **Regulamento** verifica-se que a Rede Rodoviária, com incidência concelhia, não se encontra identificada corretamente na sua totalidade, nem de acordo com a classificação das estradas no PRN, incluindo as Estradas Nacionais Desclassificadas, nem identificada de acordo com o exposto nos pontos 2 e 3 desta apreciação.

Assim, na subalínea iii), da alínea b) Rede Rodoviária Infraestruturas, do ponto 3. Infraestruturas, do artigo 6º, do Título II. Servidões e Restrições de Utilidade Pública (pág. 16), a menção “EN348” deverá ser suprimida, uma vez que, no concelho de Ferreira do Zêzere, a única Estrada Nacional Desclassificada sob jurisdição da IP é a EN110.

Igualmente, a subalínea ii) EN348, da alínea c) Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal – IP, S.A., do ponto 2, do artigo 109º, do Capítulo I. Rede Viária (pág. 83), deverá ser eliminada, uma vez que, no concelho de Ferreira do Zêzere, a única Estrada Nacional Desclassificada que está sob jurisdição da IP é a EN110.

Considera-se que as alterações atrás referidas deverão ser refletidas na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência, bem como nas peças gráficas (incluindo as Plantas de Condicionantes e de Ordenamento).

Em sede de **Regulamento** deverá ainda ficar consagrado que qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária e ferroviária sob jurisdição da IP, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da IP, na qualidade de gestora das infraestruturas sob sua administração.



Relatório do Plano

Na página 59 do ponto 5. Condição Urbana e relativamente ao sistema viário, é nos dado a conhecer que está prevista uma via distribuidora principal que irá interferir com a rede da IP. Sobre este assunto, esclarece-se que às intervenções previstas na presente proposta do PDM (alheias a esta empresa) e que impliquem alterações na rede rodoviária existente (ou prevista) da jurisdição da IP, que todos e quaisquer projetos elaborados devem ser compatibilizados com os estudos/projetos que estejam a decorrer nesta empresa e a eventual necessidade de elaboração de um Estudo de Tráfego, que cumpra as normas em vigor na IP, SA e que permita avaliar o impacto das novas acessibilidades urbanas municipais previstas no PDM, na rede rodoviária da jurisdição da IP, SA.

06.Rede Viária Mobilidade e Transportes

O conteúdo da tabela da página 10 do subcapítulo “1.2.3. Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP” deverá ser revisto e atualizado de acordo com o referido nos pontos 2 e 3 desta apreciação, uma vez que a informação incluída na tabela não corresponde a verdade. Verifica-se, que os troços da EN238, ER238 e ER348 não incorporam as Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP. Esclarece-se ainda que as Estradas Regionais não fazem parte Estradas Nacionais Desclassificadas, uma vez que o PRN não as desclassificou mas sim reclassificou-as como Estradas Regionais e integram a Lista V Anexa ao PRN.

Considera-se que do que foi referido anteriormente deverá estar refletida na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência, bem como nas peças gráficas, nomeadamente nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes.

PLANTA DE ORDENAMENTO

Da análise da **Planta de Ordenamento**, verifica-se que a representação gráfica das estradas da rede rodoviária, bem como a legenda não estão de acordo com o PRN, nem com a hierarquia definida nos pontos 2 e 3 desta avaliação; verifica-se também que antigas estradas desclassificadas e já municipalizadas estão erradamente representadas como estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP (por exemplo um troço da EN348) que deveriam estar representadas como estradas municipais-rede municipal; igualmente um troço da EN110, estrada nacional desclassificada sob jurisdição da IP, está erradamente representado como estrada nacional desclassificada sob jurisdição da Câmara Municipal; não distingue a rede rodoviária sob a jurisdição da IP da rede viária municipal, pelo que considera-se que esta planta deverá ser



corrigida e a legenda deverá ser ajustada e melhorada de forma a distinguir as estradas sob jurisdição da IP das estradas sob jurisdição da Autarquia.

As alterações antes referidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos elementos que lhe fizer referência.

PLANTA DE CONDICIONANTES

Em conformidade com a legislação em vigor, a **Planta de Condicionantes** deverá contemplar a representação cartográfica das zonas de servidão *non aedificandi* das estradas da RRN, das estradas regionais e das estradas desclassificadas sob jurisdição da IP, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e ao conteúdo do Regulamento.

Analisada esta Planta, verifica-se que a representação cartográfica das estradas da rede rodoviária e a legenda não estão de acordo com o PRN, nem com a hierarquia definida no início deste parecer; verifica-se ainda que troços de antigas estradas desclassificadas e já municipalizadas estão erradamente representados como estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP (por exemplo um troço da EN348) que deveriam estar representadas como estradas municipais-rede municipal; igualmente um troço da EN110, estrada nacional desclassificada sob jurisdição da IP, está erradamente representado como estrada nacional desclassificada sob jurisdição da Câmara Municipal; não distingue a rede rodoviária sob a jurisdição da IP da rede viária municipal, pelo que considera-se que esta planta deverá ser corrigida e a legenda deverá ser ajustada e melhorada de forma a distinguir as estradas sob jurisdição da IP das estradas sob jurisdição da Autarquia.

As considerações atrás referidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

PLANTA DE HIERARQUIA VIÁRIA

Nada a comentar.

PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Da análise desta Planta, verifica-se que a representação gráfica das estradas da rede rodoviária, bem como a legenda não estão de acordo com o PRN, nem com a hierarquia definida nos pontos 2 e 3 desta avaliação; verifica-se também que antigas estradas desclassificadas e já



municipalizadas estão erradamente representadas como estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP (por exemplo um troço da EN348) que deveriam estar representadas como estradas municipais-rede municipal; igualmente um troço da EN110, estrada nacional desclassificada sob jurisdição da IP, está erradamente representado como estrada nacional desclassificada sob jurisdição da Câmara Municipal; não distingue a rede rodoviária sob a jurisdição da IP da rede viária municipal, pelo que considera-se que esta planta deverá ser corrigida e a legenda deverá ser ajustada e melhorada de forma a distinguir as estradas sob jurisdição da IP das estradas sob jurisdição da Autarquia.

As alterações antes referidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos elementos que lhe fizer referência.

5. SALVAGUARDA DA REDE VIÁRIA

Salvaguarda-se desde já, relativamente às intervenções previstas na presente proposta do PDM (alheias a esta empresa) e que impliquem alterações na rede rodoviária existente (ou prevista) da jurisdição da IP, que todos e quaisquer projetos elaborados devem ser compatibilizados com os estudos/projetos que estejam a decorrer nesta empresa.

Salvaguarda-se, ainda, a eventual necessidade de elaboração de um Estudo de Tráfego, que cumpra as normas em vigor na IP,SA e que permita avaliar o impacte das novas acessibilidades urbanas municipais previstas no PDM, na rede rodoviária da jurisdição da IP,SA. Este Estudo deverá, ainda, ser dirigido para que, sempre que possível, não sejam criados mais acessos à rede rodoviária nacional, promovendo, simultaneamente, o encerramento dos redundantes.

Refere-se ainda que, eventuais alterações na rede rodoviária da jurisdição da IP carecem, igualmente, da aprovação desta empresa e a introdução de novos polos geradores de tráfego deverá obedecer, na íntegra, ao exposto anteriormente.

6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (RELATÓRIO AMBIENTAL)

A par da elaboração do PDM de Ferreira do Zêzere encontra-se a decorrer o procedimento de avaliação ambiental (comumente designada de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE) do Plano, nos termos do RJIGT, em articulação com o regime de avaliação ambiental de Planos e Programas.

No âmbito do procedimento de AAE, no que respeita à representação da IP, consideramos ser de esclarecer que o entendimento desta empresa será o de que a pertinência do seu contributo



decorre da sua qualidade como “entidade representativa de interesse a ponderar” (ERIP), ou seja, como entidade com competências específicas no sector rodoferroviário e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Pelo que, numa lógica de colaboração ativa para a melhoria do processo, a IP, após análise do RDA agora apresentado, considera que globalmente, nada há a opor ao encadeamento metodológico desenvolvido.

No âmbito do **Quadro de Referência Estratégica (QRE)**, no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, verifica-se que foi contemplado o PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN2000) como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, opção que merece a nossa concordância, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano.

Considerando-se o PRN2000 um instrumento indispensável para a análise de uma gestão mais sustentável e eficaz do território e das infraestruturas de mobilidade regional, evidenciando-se o papel da rede viária no planeamento e organização do território bem como o seu contributo na promoção do desenvolvimento e coesão social.

Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.

7. AMBIENTE SONORO

Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da Infraestruturas de Portugal, SA. prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos que venha a ser proposta no PDM para a envolvente das estradas sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído (RGR).

No caso concreto do PDM de Ferreira do Zêzere, não é possível identificar as zonas de conflito acústico uma vez que o Mapa de Ruído do concelho não faz parte dos elementos enviados à IP. No entanto, tendo em conta os valores de tráfego que circulam nas vias do concelho não se prevê a ocorrência de situações muito gravosas do ponto de vista do ruído ambiente.



Além disso, o artigo 15º do Regulamento do Plano (Zonamento Acústico) remete para a legislação de ruído em vigor e a Planta de Ordenamento separa de forma clara as diferentes categorias de solo urbano, pelo que no seu conjunto estes documentos permitem uma aplicação adequada da legislação.

Assim sendo considera-se que as questões de ruído estão devidamente salvaguardadas no PDM.

8. CONCLUSÃO

Face ao descrito nos pontos anteriores é emitido parecer favorável à proposta de Plano da Revisão do PDM de Ferreira de Zêzere, condicionado ao cumprimento dos pontos anteriormente expostos.